

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.837 - RS
(2018/0142289-0)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : TAIS LHULLIER
ADVOGADOS : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021
THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519
TIAGO GORNICKI SCHNEIDER - RS068833
ELISA TORELLY - RS076371
CAMILA MENONCIN - RS088943
CAMILA FERRAZ FERREIRA E OUTRO(S) - RS090998
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto por TAIS LHULLIER, em 19/09/2018, contra decisão de minha lavra, publicada em 11/09/2018, que rejeitou os Aclaratórios por ela opostos, à consideração de que, "quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, não majorando os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais" (fls. 837/838e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que, "ainda que o Tribunal *a quo* tenha deixado em aberto o percentual da verba honorária, deve haver menção, por esta C. Corte, à majoração recursal decorrente da rejeição do agravo em recurso especial interposto pelo INSS, a fim de balizar o arbitramento dos honorários na origem, evitando, assim, que a verba seja arbitrada desconsiderando o trabalho realizado em grau recursal" (fls. 844/845e).

Por fim, requer que "seja CONHECIDO e PROVIDO o vertente AGRAVO, com o que se haverá de REFORMAR EM PARTE A DECISÃO MONOCRÁTICA para consignar a majoração dos honorários advocatícios em razão da rejeição do agravo em recurso especial interposto pelo INSS" (fl. 846e).

Intimada (fl. 849e), a parte agravada deixou transcorrer **in albis** o prazo para manifestação (fl. 853e).

Assiste razão à parte agravante, razão pela qual **reconsidero** a decisão de fls. 837/838e.

Passo, novamente, ao exame dos Embargos de Declaração, opostos por TAIS LHULLIER (fls. 830/832e), contra a decisão de fls. 821/825e, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ante a incidência do óbice da Súmula 182/STJ.

Alega a embargante omissão na decisão embargada que deixou de majorar os honorários advocatícios, em face do disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, firme é o entendimento do STJ no sentido de que "deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: 'Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC'" (STJ, AgInt nos EAREsp 802.877/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 09/05/2017).

No caso, o Recurso Especial foi interposto contra acórdão, publicado na vigência do CPC/2015, que deu parcial provimento a apelação do INSS e deu provimento à apelação da parte autora.

Na sentença, o INSS foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios, "cujo percentual sobre o valor da condenação será determinado quando da elaboração do cálculo para execução de sentença, nos termos do art. 85, §3º e §4º, II, do CPC, devendo ser aplicado o percentual mínimo fixado no § 3º" (fl. 221e).

Em relação aos honorários advocatícios, o Tribunal de origem limitou-se a afirmar que, "em face do provimento do recurso da parte autora e tendo em vista o disposto no § 11º do art. 85 do Código de Processo Civil, os honorários advocatícios devem ser majorados, ficando diferida para a fase de liquidação do julgado (§ 4º, II, do art. 85) a definição do percentual" (fl. 364e).

Sendo assim, muito embora diferida a fixação do percentual da verba honorária para o momento da execução, é inegável a condenação da autarquia em honorários advocatícios, sendo devida, portanto, a sua majoração, em face do disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 837/838e e acolho os Embargos de Declaração, para, suprimindo a omissão apontada, em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majorar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

